

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE DEZEMBRO DE 1998

Bom dia a todos. Ontem, quando tive a oportunidade de me encontrar com os jornalistas acreditados aqui, no Palácio do Planalto, disse que iria anunciar, hoje, os ministros para essa nova fase de governo, para esse segundo mandato. Estamos aqui para isso.

Nós temos uma experiência nova, porque é reeleição. Ainda ninguém tem o traquejo suficiente para se haver com a formação de um governo estando outro em marcha, algo que não houve, até agora, no Brasil, pelo menos em termos de quem foi eleito. Naturalmente, tomei em consideração o conjunto de aspectos que seriam relevantes para as decisões. Um é que, embora tenha havido uma reeleição – portanto, trata-se de um novo mandato, a conjuntura brasileira e mundial é diferente e também as expectativas e os horizontes são novos –, não deixa de haver a importância de se dar continuidade. Quer dizer, o povo votou não apenas numa pessoa, mas numa pessoa que estava governando e que, portanto, tem um estilo de governar. Uns gostam, outros não gostam. Parece que o povo gostou, porque votou a favor.

Portanto, há um lado de continuidade que tem que ser mantido. Essa continuidade diz respeito não apenas ao que mencionei há pouco

– um estilo de governar, e esse estilo, hoje, é conhecido no Brasil. Nós temos que enfrentar os problemas, temos que fazer as transformações, as reformas, contrariar interesses e lutar para diminuir privilégios, numa sociedade tão desigual quanto a nossa.

Temos que fazer isso conversando, conversando com o País, dizendo, explicando, procurando juntar forças – portanto, buscando apoios e alianças, porque nós vivemos numa democracia. E o povo vota, ao mesmo tempo, num presidente e num Congresso, nem sempre de maneira coerente nas suas decisões, ou, talvez, haja uma coerência não percebida à primeira vista, ou seja; o povo gosta de diversificar um pouco as suas decisões.

Recordo-me de uma frase – que não se aplica no caso – do Getúlio, que dizia “Presidente: progressista, de esquerda, não-sei-o-quê; Governo: gabinete conservador”, para mostrar, no fundo, a mesma coisa: que há um gabinete que não responde só à vontade do presidente, mas responde às necessidades de transformação do País.

Por sorte, no nosso caso, o País quer mudar. Portanto, o gabinete não pode ser conservador. Tem que ser um gabinete preparado para a mudança. E o Presidente também quer mudar.

No que diz respeito a algumas linhas, como eu mencionava, de políticas, é preciso respeitá-las. Uma é esta: nós vamos continuar avançando, vamos continuar mudando, sobretudo na área que mais interessa à população, que é a área social. E vamos, por outro lado, manter um conjunto de políticas, que já estão previamente definidas.

Assim, não há de ser surpreendente que o Ministro da Fazenda seja o Ministro Pedro Malan. Até porque eu disse, sempre, que seria o Ministro Pedro Malan. Também não foi surpresa para o País o que anunciei ontem: que nós teríamos um Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, idéia que anunciei há algum tempo. Porque, neste momento em que nos encontramos, de avanços já havidos nas transformações econômicas, nós temos que divisar um horizonte e preparar o País para esse horizonte, que implica a organização de uma série de ações e a implementação de políticas que dêem sustentação ao setor produtivo aqui, do Brasil; e que, por outro lado, haja a compreensão de que essas

transformações, que já estão ocorrendo – e não é o caso de eu discorrer sobre elas – na estrutura produtiva brasileira não podem prescindir da estabilidade.

Portanto, estabilidade não se opõe a desenvolvimento. A estabilidade é necessária, mas é insuficiente para garantir o desenvolvimento. Nós queremos estabilidade e queremos políticas, também, que permitam que haja transformações continuadas.

O Governo não se prepara para os próximos três ou seis meses, mas para os quatro anos. Por conseqüência, algumas pessoas me têm perguntado: “Mas o senhor diz que o ano que vem vai ser um ano relativo a cortes de despesas, ajuste fiscal.” E é verdade, eu farei isso. Mas, então, dizem: “E como é que fala, ao mesmo tempo, em crescimento e em desenvolvimento?” É porque nós temos que ver a evolução, temos que ver um processo. E esse esforço de ajuste é necessário para garantir a continuidade de um processo de transformação que já vem ocorrendo.

Portanto, o Ministro da Fazenda é o Ministro Pedro Malan, assim como o Ministro do Desenvolvimento, como anunciei ontem, é o Ministro Celso Láfer; da mesma maneira como, na parte relativa ao Orçamento, que é uma parte importante para complementar as políticas econômicas, será mantido o Ministro Paulo Paiva. Passará a ser o Ministério de Orçamento e Gestão. De igual modo, nós não estamos pensando em modificar a nossa política de relações externas, e o Ministro das Relações Exteriores será o Ministro Lampraia.

Na área social, o Ministro da Saúde, José Serra, o Ministro da Educação, Paulo Renato, têm comprovada capacidade, e não teria nenhum sentido que eu, agora, fizesse transformações nessas áreas que já estão implementando políticas e que precisam continuar nessa implementação de políticas.

Nós vamos seguir nesse rumo. Não vou repetir qual é o rumo, porque vocês o conhecem. Mas é muito importante dar esse sentimento de que nós estamos, realmente, dando continuidade às políticas sociais. E isso se aplica também à política de reforma agrária. O Ministro Raul Jungmann continuará como Ministro Extraordinário da Reforma Agrária. Não quer dizer que esses Ministérios não venham a criar novas

políticas, nem mesmo que não venham, alguns deles, como é o caso da Reforma Agrária e do Ministério da Agricultura, a fazer uma complementação, uma revisão, que haverá. Mais tarde, quando for publicada a medida provisória sobre a estrutura do Governo, será fácil perceber que existe isso.

Bom, dito isto, quero lhes dizer também que na Agricultura, permanecerá o Ministro Turra; na Cultura, o Ministro Weffort, pelas razões que já mencionei, de dar continuidade a esses trabalhos. Há outros Ministérios que, de alguma maneira, já cumpriram a sua parte essencial e que podem, agora, sofrer uma transformação. É o caso do Ministério da Administração. Depois direi o que vai acontecer com esse Ministério. Mas o Ministro Bresser passará para a área de Ciência e Tecnologia. Portanto, ocupará uma pasta nova.

Da mesma maneira, nós vamos criar alguns Ministérios novos. Criei um Ministério de Esporte e Turismo e, para essa pasta, convidei o Deputado Rafael Grecca, que foi Prefeito de Curitiba e teve uma votação consagrada.

Também queria lhes dizer que ainda não vou criar – porque depende de uma tecnicidade – o Ministério da Defesa. Mas o Ministro da Defesa será o Senador Êlcio Álvares. Na verdade, nós já propusemos a criação desse Ministério ao Congresso Nacional. O Congresso está discutindo a matéria. Existe já um entendimento para a transformação dos quatro Ministérios militares num só, que será o Ministério da Defesa, para o qual eu faço uma Medida Provisória, criando o cargo de Ministro Extraordinário da Defesa, para se encarregar da implementação dessa pasta à medida que as outras vão desaparecer. Será o Ministro Êlcio Álvares. Também haverá uma modificação no Ministério de Minas e Energia: o Ministro Raimundo Brito será substituído pelo Ministro Rodolfo Tourinho.

Vou cuidar, com muita ênfase, das questões de algumas áreas que me parecem muito importantes e que dizem respeito ao relacionamento do Governo com a sociedade em geral. Vou designar o Ministro João Pimenta da Veiga para o Ministério das Comunicações. Esse Ministério pôde, através da ação enérgica do Ministro Sérgio Motta e,

depois, do Ministro Mendonça de Barros, na prática, se transformar num grande Ministério, que ajudou a articulação das ações de governo. Decidimos colocar o Ministro Pimenta da Veiga nesse Ministério, com essa função de levar adiante as transformações na área de privatização. O Ministério vai continuar com as funções que tem normalmente, mas é um local que permite, também, que o Governo tenha uma interlocução bastante ampla com a sociedade. E toda gente sabe da estima e da proximidade que o Ministro Pimenta da Veiga tem comigo. E acho que, ao invocar os seus predecessores, dou o sinal da importância que atribuo a esse Ministério.

A Justiça continuará com o Ministro Renan Calheiros. Na área de Meio Ambiente, o Ministério será dividido. Vai ser apenas área temática. Esta área ficará com o Deputado José Sarney Filho. Na parte relativa a Políticas Regionais, também da mesma maneira, fica o Ministro Ovídio De Angelis. Já disse que o Ministro Raul Jungmann permanece como Ministro Extraordinário.

E o Embaixador Ronaldo Sardenberg passa a ser Ministro Extraordinário para Projetos Especiais. Por quê? Porque nós temos alguns projetos de grande relevância, como os da área aeroespacial, como o Sivam/Sipam, como todo o programa atômico brasileiro, que requerem um olhar especial da Presidência da República. Ainda existem, nessa área da antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos, matérias que dizem respeito à divisão territorial, à Região Amazônica, à Calha Norte e que requerem uma ação mais de vigilância direta de alguém com a estatura de ministro.

O Ministro do Trabalho e Emprego será o Deputado Francisco Dornelles. O Ministro Wadeck Ornellas permanecerá como Ministro da Previdência. Pelas suas virtudes, ele está levando adiante as transformações na área da Previdência.

Então, esses são os ministros. Agora, nós estamos introduzindo algumas modificações importantes, também, no que diz respeito à organização do Governo.

Estou criando o que estamos chamando de Secretarias de Estado. Muitos países dispõem de instituições semelhantes. Há os Ministérios e há as Secretarias de Estado. E esses Secretários de Estado poderão estar

diretamente ligados à Presidência da República ou, dependendo da funcionalidade, serão ligados a algum Ministro.

Vou criar a Secretaria da Ação Social, que será ligada ao Ministério da Previdência, para a qual convidei a Doutora Wanda Engel, que foi Secretária de Ação Social, no Rio de Janeiro, pessoa de grande descortino na área.

Da mesma forma, depois desses quatro anos de trabalho intenso na área dos direitos humanos e do reconhecimento internacional da ação do Doutor José Gregori, estamos transformando em Secretaria de Estado de Direitos Humanos aquilo que antes era uma função dentro do Ministério da Justiça. Ela terá uma relação com o Ministério da Justiça, mas passa a ter um *status* de Secretaria de Estado. O Dr. José Gregori ocupará a Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Ele foi uma pessoa homenageada pelas Nações Unidas recentemente, e com muita justiça.

Da mesma maneira, a Administração antes estava no Ministério da Administração, e o patrimônio da União estava ligado ao Ministério da Fazenda. Mas o Ministro da Fazenda tem muitas responsabilidades e dificilmente pode cuidar do patrimônio da União com a constância que isso requer. Por isso, estamos criando uma Secretaria de Estado, para a qual vai a Doutora Cláudia Costin.

Vamos inovar, também, na área de planejamento e avaliação, criando uma Secretaria de Estado ligada à Presidência da República. Nesse caso, é a Secretaria de Estado de Planejamento e Avaliação, que vai ter o IPEA e o IBGE, instrumentos essenciais para o planejamento, para avaliação – e nós precisamos, efetivamente, dispor de um instrumento mais ágil. Será o Ministro Edward Amadeo o encarregado dessa Secretaria de Estado, ligada, aqui, diretamente à Presidência da República.

Aqui dentro, ainda com ligação direta a mim, nós teremos a Secretaria de Relações Institucionais. O Eduardo Graeff se ocupará dela. E eu queria chamar atenção muito especial para a modificação na Secretaria de Comunicação de Governo. Essa Secretaria, que será ocupada pelo Doutor Andrea Matarazzo, será, também, um outro ponto de observatório meu, pessoal, do que ocorre na sociedade e um instrumento de captação desses movimentos na sociedade. Vai ser também uma Secre-

taria de Estado, encarregada de toda essa parte relativa à questão propriamente da linguagem unificada de publicidade do Governo.

A Presidência da República tem, tradicionalmente, além das Secretarias que eu mencionei, a Casa Civil, onde fica o Dr. Clóvis Carvalho; a Casa Militar, onde permanecerá o General Alberto Cardoso; a Advocacia Geral da União, onde fica o Dr. Geraldo Quintão; e a Câmara de Comércio Exterior, que tem como Secretário-Executivo o Embaixador José Botafogo Gonçalves.

O Ministro dos Transportes é Eliseu Padilha.

Essas são as modificações que estarei fazendo no início do ano, quando nós pudermos editar uma medida provisória. Estamos reduzindo o número de ministros e criando alguns instrumentos novos. Quase todos são reorganização do que já existia. É apenas uma questão de flexibilização e de definição de *status*.

Mas eu queria lhes dizer também o seguinte: tenho a expectativa de que o Governo avance, de que o Governo seja capaz de atender ao voto que nos foi dado, um voto de confiança, mas um voto que espera, também, que haja modificações no Brasil. Disse ontem, e quero reafirmar aqui, que há ministros diretamente ligados a partidos políticos, outros que são técnicos, uns que são de escolha diretamente minha. Todos são referendados por mim. Ninguém foi indicado diretamente por um partido sem que eu tivesse pedido alternativas e analisado. São pessoas da minha confiança.

E o Governo é um governo que busca ser equilibrado, no sentido dos compromissos que tem para com o País, no sentido de atender àquilo que a sociedade espera.

Tenho visto inúmeras referências a discussões, lutas pelo poder, ministro para cá, ministro para lá. Devo dizer que trabalhei quase no isolamento na formação desse governo, para poder pensar um pouco melhor o modo pelo qual tomaria decisões que fossem capazes de contemplar as necessidades do País.

Disse ontem e reafirmo agora: esse governo que será iniciado no começo do ano tem um compromisso inicial fundamental, que é o ajustamento fiscal. Não espero estar me ocupando o tempo todo com o

desempenho do Congresso. O Congresso Nacional tem respondido aos anseios do Brasil. Sabe que o Brasil precisa de modificações. Sabe que ele precisa de pressa, sobretudo no que diz respeito aos regimentos de algumas das Casas, que são muito morosos. Espero que os partidos que realmente apóiam o Governo apóiem. E o modo de apoiar é votar no Congresso, além de trabalhar no Governo.

Então, é óbvio que os ministros dos partidos são ministros responsáveis pelos resultados do Governo no Congresso. O Brasil não espera que o Presidente da República, nessa nova etapa, tenha que se ocupar tanto das relações com os partidos e das relações com o Congresso. Terá de se ocupar sempre, dada a importância do Congresso, mas o Presidente ocupará a maior parte do seu tempo na gestão da coisa pública: na gestão econômica, na gestão social, na gestão das políticas especiais. Obviamente, a gestão política maior é minha, mas o conjunto de ministros terá de funcionar com os líderes do Congresso, de tal maneira que nós possamos, com brevidade, responder ao que o País deseja.

Vamos voltar a apresentar alguns instrumentos necessários para o ajuste fiscal. Além da urgência na aprovação da CPME, não considero justo que se gastem 21 bilhões de reais – com uma contribuição com um pouco mais de 2%; portanto, um rombo de mais de 18 bilhões de reais – para que menos de 1 milhão de pessoas tenha seus salários assegurados. A renda média chega a ser igual à renda média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Europa: 20 mil dólares *per capita*. E, quando se olha o INSS, o grosso da população brasileira tem uma renda extremamente menor do que essa e, sobretudo, tem uma aposentadoria muito minguada. Não é justo. É um absurdo que aqueles beneficiados nessa proporção pela sociedade, por impostos que são pagos por outros, não contribuam para a solução da questão fiscal. Vou insistir. Vou insistir. E um dos compromissos do Governo – e, portanto, dos Ministros que estão ligados ao Governo e aos partidos – é obter a aprovação dessas medidas.

Quero repetir que o mandato que o povo me conferiu foi para eu trabalhar na transformação do País, e não para ocupar demasiado o meu tempo para convencer daquilo que já é óbvio, do que as pessoas

devem estar convencidas. E também que não se espere que exista no Palácio do Planalto a disposição de fazer nomeações ou isso ou aquilo para que se vote. Nomeações serão feitas como estou fazendo. Serão feitas e levarão em consideração, como disse aqui, o conjunto das políticas e as necessidades do País. Mas o Brasil cansou de um certo estilo. Eu também cansei. Também cansei.

Então, o momento é importante para que eu diga ao País que tenho confiança em que os partidos que me apóiam, os Ministros que estou nomeando e o conjunto das forças políticas e suas lideranças estejam afinados com o que estou dizendo.

Termino por reiterar o meu mais amplo propósito de diálogo com todas as forças da sociedade. Isso inclui a oposição política. Isso inclui as várias áreas sociais. Já temos uma experiência de democracia. O povo já se manifestou. Salvo acidentes pessoais de saúde, que espero não ter, terão de conviver comigo por mais quatro anos, e espero que entendam que essa foi a vontade do povo.

Talvez alguns não tenham gostado. Mas a verdade é que isso implica que nós trabalhemos juntos pelo Brasil. Da minha parte, estou realmente empenhado nisso. Estou realmente empenhado em que as discussões sejam feitas com a oposição também. Isso não quer dizer que a responsabilidade não seja da maioria. Já disse, aqui, qual é o meu pensamento, mas nós temos que entrar em uma nova fase do Brasil, mais madura, que permita que as questões nacionais sejam discutidas em conjunto por todos nós.

Era isso que queria transmitir neste momento. E estou, agora, aberto a perguntas.

